

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

AS CONTRIBUIÇÕES DE FREIRE PARA O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL¹
THE CONTRIBUTIONS OF FREIRE TO THE CURRICULUM IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

Anelise De Oliveira Rodrigues², Noeli Valentina Weschenfelder³, Hedi Maria Luft⁴

¹ Trabalho desenvolvido na Disciplina Currículo e Educação: Aspectos Históricos e Epistemológicos- Departamento de Humanidades e Educação- Programa de Pós-Graduação de Educação nas Ciências- Mestrado.

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação nas Ciências - Mestrado- UNIJUI- Bolsista CNPq. Professora da Rede Municipal de Ensino de Santa Rosa. E-mail: anerodrigues0202@gmail.com

³ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Professora do curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Departamento Humanidades e Educação. E-mail: noeli@unijui.edu.br

⁴ Doutora em Educação pela Unisinos. Professora da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Departamento Humanidades e Educação e Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências. Professora da rede Municipal de Ensino de Santa Ros. Email: hedim@terra.com.br

Resumo: Este artigo tem como objetivo aproximar as ideias de Freire ao contexto da educação infantil, em especial das classes populares, provocando reflexões e apresentando possibilidades para a construção de um currículo crítico e eticamente comprometido com a humanização dos sujeitos. Nesta perspectiva, são considerados os elementos que constituem a proposta pedagógica problematizadora defendida pelo autor, que engloba a autonomia, o diálogo, o pensar certo, à curiosidade, o respeito aos saberes do educando, a esperança, em oposição uma educação bancária.

Abstract: This article aims to bring Freire 's ideas to the context of children' s education, especially of the popular classes, provoking reflections and presenting possibilities for the construction of a curriculum critical and ethically committed to the humanization of the subjects. In this perspective are considered the elements that constitute the problematic pedagogical proposal defended by the author that includes the autonomy, the dialogue, the right thinking, the curiosity, the respect to the knowledge of the student, the hope, in opposition to a banking education.

Palavras-chave: Escola; Infância; Humanização; Diálogo; Respeito.

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

Keywords: School; Childhood; Humanization; Dialogue; Respect.

1 INTRODUÇÃO

Paulo Freire é um dos pensadores brasileiros mais reconhecidos mundialmente no campo da educação. Todavia, suas obras voltam-se em grande parte a educação de jovens e adultos, o que nos desafia a analisar e discutir como suas ideias podem contribuir para organização e elaboração do currículo na Educação Infantil, considerando as especificidades desta fase que se constitui como a primeira etapa da educação básica. Cabe destacar ainda, que Freire não desenvolveu uma teoria específica sobre currículo, porém dedicou-se em responder à questão curricular fundamental: “O que ensinar? ”, servindo de referência para muitos autores que se voltaram ao estudo de perspectivas mais propriamente curriculares (SILVA, 1999, p.57).

Desta forma, refletiremos sobre a Educação Infantil, buscando compreender concepções que a permeiam, o currículo neste espaço e os aspectos legais que a fundamentam, relacionando com as discussões no âmbito do pensamento freireano, com base, especialmente na obra *Pedagogia do Oprimido*, escrita pelo autor em 1968, num contexto de exílio no Chile, provocado pela Ditadura Militar no Brasil, cujo panorama de uma realidade opressora disseminava a cultura do silêncio, sufocando o grito dos menos favorecidos e acentuando as desigualdades.

Ao analisarmos a atual conjuntura, percebemos que a situação opressora perdura, fazendo contemporâneas as ideias publicadas por Freire há cerca de 50 anos, nos forçando a buscar respostas diante de nossa responsabilidade enquanto educadores comprometidos com o processo de transformação social. A pedagogia do oprimido propõe um sujeito capaz de ser protagonista na construção e no desfecho de sua própria história. Evidencia que a educação não é neutra, ela está a serviço ou dos opressores ou dos oprimidos, exercendo poder para humanizar ou provocar a desumanização.

Assim, podemos afirmar que as ideias do educador apresentam elementos significativos que podem nortear a constituição de uma teorização curricular crítica e eticamente empenhada com a humanização dos sujeitos. A realização desta pesquisa justifica-se, portanto, pelo fato de buscarmos respostas referentes a ações mais coerentes, mais produtivas e mais significativas no contexto escolar, considerando as especificidades da infância e o comprometimento com os fins educacionais.

2 METODOLOGIA

A abordagem metodológica consiste em um estudo bibliográfico, de natureza qualitativa, estabelecendo um diálogo entre as concepções freireanas e a Educação Infantil.

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. Educação Infantil: Concepções, Aspectos Legais e Currículo

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, constitui-se como o contato inicial da criança com o contexto escolar. O que torna imperioso pensar o processo educativo a partir das necessidades e especificidades da infância, buscando compreender seus objetivos e fins, bem como, a dimensão da relevância do currículo para o pleno desenvolvimento dos sujeitos.

O conceito de criança ao longo dos anos vem sofrendo importantes mudanças. Antes considerada como ser incompleto incapaz de pensar por si próprio, sem autonomia, sendo treinada para tornar-se adulto, apenas isto. Hoje, uma nova compreensão é delineada e a criança é entendida como um ser social, ativo, com especificidades e necessidades próprias de sua fase. Esta é compreendida como um ser capaz de produzir, de construir, de criar, influenciada pelo que o ambiente a sua volta lhe oferece e principalmente é reconhecida como um sujeito de direitos.

Esta mudança de concepção provocou um novo olhar sobre a educação na infância. As crianças eram antes submetidas a espaços cuja principal intenção era voltada aos cuidados físicos e assistenciais. A Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 colocam a educação como direito da criança desde o nascimento e como dever do Estado, definindo creches e pré-escolas como instituições educacionais, opondo-se a ideia de estabelecimentos que apenas cuidavam de crianças, sem preocupação pedagógica, rompendo assim, com a função meramente assistencialista.

Na década de 90, com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (9394/96) -LDBEN, se estabelece a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica, defendida como um novo modelo para este nível de ensino, exigindo-se a valorização da criança e a formação específica dos educadores. A partir destes acontecimentos, é inegável o crescimento do nível de consciência sobre o significado de infância e sobre o reconhecimento do direito da criança à educação. Porém, infelizmente, estas antigas concepções influenciam, e muito, no processo educativo nas instituições de Educação Infantil dos dias atuais, pode-se afirmar que ainda existe um longo caminho a ser percorrido.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009), aprovadas com o objetivo de orientar, a organização das propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil, apresentam a criança como:

Art.4º. Sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009).

Barbosa et al. (2009, p.22) defende que os conceitos de criança e infância devem ser pensados no plural, pois elas são vividas de modo muito diverso, com direitos a viverem experiências diversas:

Ser criança não implica em ter que vivenciar um único tipo de infância. As crianças, por serem crianças, não estão condicionadas as mesmas experiências. Os estabelecimentos de educação infantil ocupam atualmente, na sociedade, importante lugar como produtores e divulgadores de uma cultura de defesa da infância, ou seja, possuem o compromisso político e social de garantir as especificidades das infâncias na sociedade contemporânea.

As características pessoais, individuais como cor, sexo, classe social, cultura, espaços físicos e geográficos, precisam ser consideradas no processo educativo, concomitantemente com aquelas ditas universais, como a vulnerabilidade com a qual nascem. O desenvolvimento nos primeiros anos de vida e a capacidade de interagir e aprender em qualquer situação. A criança é um ser que “se iguala pela natureza infantil e diferencia-se por fatores socioculturais” (SANTOS e CRUZ, 2006, p. 09).

Em suma, crianças pequenas necessitam de cuidados, proteção, interações e afeto, e mesmo em suas diversidades, são completas, pois possuem capacidade de pensar, sentir, se emocionar, imaginar, transformar, inventar, criar, dialogar, produzem história e cultura (BARBOSA et al, 2009, p. 23).

A LDBEN (BRASIL, 1996, art.29) aponta como finalidade da Educação Infantil o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade, o que nos leva a pensar a educação como um processo contínuo capaz de oferecer possibilidades para que a criança viva a infância e construa aprendizagens significativas, que englobem a prática social, a cultura e a construção de sua própria identidade.

A infância é uma das fases mais complexas do desenvolvimento emocional, motor, cognitivo e social do ser humano. Portanto, integrar a criança a Educação Infantil, significa considerar suas vivências e as especificidades desta fase. Infelizmente, muitas instituições não estão suficientemente organizadas para receber as crianças e suas necessidades não estão sendo contempladas de modo a promover a formação integral, que considera não apenas aspectos cognitivos, mas também sociais, psicológicos, afetivos, a ética, a estética, a ludicidade, enfim, reconhecer a criança como um todo.

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

Há uma tendência educacional bastante comum, de dividir a compreensão integral das crianças a partir do estudo em separado das áreas de desenvolvimento. Uma das clássicas subdivisões utilizadas pela Pedagogia no momento de elaborar as propostas pedagógicas é fragmentar e retirar as crianças pequenas de seus contextos ao reduzi-las às áreas motora, afetiva, social e cognitiva. Como se fosse possível fazer uma atividade motora sem a presença da emoção e da cognição dentro das práticas sociais de uma dada cultura. A Pedagogia, ao destacar e considerar apenas áreas estanques, deixa de fora muitas outras dimensões, tão ou mais importantes, como a social, a imaginária, a cultural, a lúdica, a ética, a estética extremamente importante para a formação humana. (BARBOSA et al., 2009, p.23)

Muitas destas instituições oferecem um ensino fragmentado, baseado em parâmetros tradicionais, em uma educação bancária, esquecendo que o sujeito não deixa de ser criança quando entra nos portões da escola. Ele vai continuar com as necessidades e características inatas de sua fase, elas necessitam de experiências e vivências ricas e produtivas, novas situações de aprendizagens. Assim, o ambiente escolar poderá se provido de um espaço aconchegante, estimulante, afetivo, desafiador, rico em oportunidades e experiências, para estabelecer um compromisso com a criança, com sua forma de interagir, de dialogar e compreender a realidade, valorizando suas ações e todas suas possibilidades de expressão e criação.

As DCNEI, (BRASIL, 1999), no artigo 3º, definem Currículo como:

Currículo é o conjunto sistematizado de práticas culturais no qual se articulam as experiências e saberes das crianças, de suas famílias, dos profissionais e de suas comunidades de pertencimento e os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico. (BRASIL, 2009, p.19)

Segundo as DCNEI (BRASIL, 1999) para organizar o currículo da Educação Infantil é preciso considerar dois grandes eixos, as interações e a brincadeira, além dos princípios éticos, políticos e estéticos. Mais, a indissociabilidade entre o cuidar e educar e uma concepção de criança como ser integral a se relacionar com o mundo a partir do seu corpo em vivências concretas com diferentes parceiros e em distintas linguagens.

A visão de currículo, restrita aos conteúdos pré-selecionados, precisa ser substituída por uma concepção mais abrangente, focada nas crianças e em suas culturas.

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

O currículo acontece, concretiza e dinamiza aprendizagens apenas quando as experiências pedagógicas são envolventes e constituem sentido. Para aprender é preciso que as necessidades das crianças, os seus desejos, isto é, as suas vidas, entrem em sintonia com os saberes e conhecimentos das culturas onde estão inseridas, ou por aquelas pelas quais estão sendo desafiadas. (BARBOSA et al., 2009, p.53)

A Base Nacional Comum - BNC, para a Educação Infantil (BRASIL, 2018) orienta a construção e efetivação do currículo no que se refere aos objetivos de aprendizagem, apresentando uma síntese dos conhecimentos, saberes e valores que todas as crianças matriculadas na Educação Infantil têm o direito de se apropriar.

Há ainda uma parte diversificada que considera as características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da comunidade escolar. Apresenta como objetivos de aprendizagem: participar, comunicar, conhecer-se, brincar, explorar e conviver. Cabe destacar que a BNC não é o currículo, mas uma referência para melhor entendimento da função da Educação Infantil e do processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança.

É imprescindível estabelecer um olhar crítico em relação a estes documentos normativos, considerando que o currículo, não pode ser compreendido como prescrição, mas como prática construída entre os autores do processo educativo, em especial professores e crianças. O currículo aqui defendido, pressupõe ruptura com políticas e métodos pedagógicos que historicamente assumiram a criança como sujeito passivo, dominados, oprimidos por adultos detentores do saber. Está aí, uma questão de geração.

Propõe ruptura com educação bancária, que Freire, (1987) define como a ferramenta que propaga a desumanização, destrói a autenticidade e intensifica a domesticação do sujeito. Nesta concepção, o educador detém o conhecimento, é o que diz a palavra, o que pensa, o que escolhe os conteúdos, o que possui a autoridade, enfim, é o sujeito do processo, enquanto o aluno é tido como "vazio", como um recipiente que deve ser preenchido com as narrativas de seu mestre, é aquele que escuta passivamente, é mero objeto do processo. A educação torna-se o ato de depositar conhecimento naqueles que nada sabem. Mantém a divisão entre oprimidos e opressores. Nela se perpetua a cultura do silêncio, não deixando espaços para vozes ausentes do currículo escolar.

O educador preocupa-se apenas em transmitir conteúdos destituídos de significados, desconectados da realidade. A criança, conseqüentemente, memoriza, fixa, repete (FREIRE, 1987, p. 58) e quanto mais se deixar docilmente encher, melhor educando será. Não há criatividade, não há transformação, não há vida. Há apenas "coisas", esperando depósitos, para depois guardá-los e arquivá-los.

Em espaços onde o diálogo é negado, onde predominam práticas pedagógicas destituídas de significado a vida, autoritárias, coercitivas, ou simplesmente descomprometidas com a realidade

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

dos indivíduos, origina-se a passividade, as vozes silenciam-se, emudecem. As pessoas são treinadas a aceitar sem questionar, tornam-se conformadas, inertes, domesticadas não argumentam, não decidem, perdem a capacidade criativa, perdem a autonomia, roubam-lhes a humanidade, tornam-se “coisas”.

Na atual conjuntura configura-se certo fracasso da educação em âmbito nacional. Na maioria das vezes atribui-se a culpa pelos resultados negativos aos alunos e suas famílias através de relatos frequentemente disseminados em contextos educativos: “são culpados porque não se esforçam”, “não se ajudam”, “não demonstram interesse”, “são preguiçosos”. Esta análise superficial, impede que a verdadeira causa seja identificada, impede que a opressão seja revelada, encobre os opressores, fortalece aos donos do poder, rotula os indivíduos, remetendo-os ao fatalismo e inibindo as possibilidades de mudanças. Ou, no máximo culpam-se os professores, sem análises mais profundas das situações.

Práticas pedagógicas a serviço da desumanização preconizam um educador reacionário, que se utiliza de métodos mecanicistas, sem comprometimento com a emancipação dos sujeitos. Nesta concepção, o professor é considerado o centro do processo educativo e os alunos impedidos de se desenvolver enquanto cidadãos, limitando-se ao papel reprodutivista.

Nessa perspectiva, trabalhar com a infância no contexto educativo requer uma abordagem pedagógica específica, baseada na oferta de situações desafiadoras, estimulantes e significativas que propiciem a descoberta do mundo, do outro e de si mesma.

Assim, para definição do currículo para a Educação Infantil, é necessário que os professores tenham clareza de que a criança, ao ingressar na escola já traz consigo concepções de mundo que são fruto de interações na família e em outros grupos sociais onde se insere. Ou seja, a criança não é uma tábula rasa onde deverão ser inscritas as principais questões de vida e de valores. Estes valores, assim como as atitudes, já estão presentes no cotidiano das crianças e precisam ser valorizados e aprimorados também nos contextos infantis. A criança tem o que dizer, a criança deve ser ouvida, deve ser respeitada, ela deve ser protagonista na construção de aprendizagens.

2. Freire e a Educação Infantil

Paulo Freire oferece na obra *Pedagogia do Oprimido* (1987), uma proposta educativa humanizadora, resultante de sua apaixonante experiência enquanto educador popular no Brasil. Ele aprendeu dialogando com o povo, aprendeu com sua própria história. Engajou-se nas questões dos excluídos e impulsionado pela sua confiança nos homens favoreceu um novo olhar sobre educação, onde os oprimidos ganham voz, ganham vez, ganham força, constituem-se gente.

O professor Ernani Maria Fiori no prefácio do livro *Pedagogia do Oprimido* apresenta Paulo Freire, como um pensador comprometido com a vida, que não pensa ideias, que pensa a existência. Para ele a experiência e o saber de Paulo Freire dialogam traduzindo a concepção “do

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

educador de vocação humanista que ao inventar suas técnicas pedagógicas, redescobre através delas o processo histórico em que e por que se constitui a consciência humana”. (FREIRE, 1987, p.10).

Ao analisarmos as concepções de Freire, ponderando os desafios curriculares na Educação Infantil, podemos identificar sua inquietação frente ao papel da educação na constituição do humano. Seus pressupostos nos levam à reflexão sobre o currículo, e constituem-se como um chamamento aos educadores, a fim de que façam e refaçam suas práticas educativas sistemáticas de forma significativa, contribuindo para desvelar a ideologia opressora e para que o processo de formação se constitua verdadeiramente, fundamentado em uma prática problematizadora e essencialmente humanizadora. Humanização esta, que é negada aos homens frente às injustiças as quais são submetidos, frente à falta de garantia de direitos, frente à condição de extrema pobreza, de miséria, de falta de acesso a serviços básicos necessários a sobrevivência e vida digna.

Os pressupostos de Freire nos remetem a contestação de que a Educação Infantil deve ser instituída como espaço de constituição do “ser mais”, através de uma proposta de educação problematizadora, ancorada em práticas educativas participativas que contribuirão para superar os processos de desumanização. Esta proposta é viva, é questionadora da realidade, intenciona sujeitos conscientes de si e de seu papel histórico no mundo. É dialógica, reflexiva, supera a contradição educador/educando, nela ambos aprendem juntos. Entende que a criança, quando chega à escola também tem o que dizer, tem a sua palavra, o seu conhecimento, não é um mero espectador. Busca a liberdade, o pensar autêntico, acredita na criança e no seu poder criador, é revolucionária (FREIRE, 1987, p.62).

É uma proposta de educação que exige princípios solidários, justos, verdadeiramente humanizadores, exige amorosidade, relações de respeito e tem como principal tarefa despertar a consciência a quem é negado “ser mais”, promovendo a leitura crítica do mundo e da vida no encontro entre ação e reflexão. Pois, não interessa a faixa etária do sujeito, a educação é sempre um processo a ser realizado com gente, sejam pequenas, crescidas, homens, mulheres, mas gente, em constante processo de busca. O homem ao tomar consciência de sua condição enquanto ser inconcluso, inacabado, vai buscar possibilidades de crescimento e de autorrealização, vai buscar dignidade, o que constitui o processo de humanização.

O diálogo é fundamental numa perspectiva de educação humanizadora. Ele exige um pensar crítico, um pensar certo, pressupõe dizer a palavra. Dizer a palavra não pode ser constituído como privilégio de alguns, mas como direito de todos os homens (FREIRE, 1987, p.78). A prática dialógica envolve colaboração, união, organização e síntese cultural, em oposição à teoria da ação antidialógica que implica em conquistar, dividir, manipular e objetiva a invasão cultural, reforçando a opressão e a desumanização. O verdadeiro diálogo não impõe, não maneja, não domestica, não sloganiza, (1987, p.166). O verdadeiro diálogo consiste no respeito aos indivíduos, a suas vivências e sua prática social. “A nossa convicção é a de que, quanto mais cedo comece o

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

diálogo, mais revolução será". (FREIRE, 1987, p.125)

Desta forma, o pensar freireano, nos leva a refletir sobre uma dimensão curricular para a Educação Infantil que compreenda o educar e ao cuidar, que possibilite apropriação de saberes e aprendizagens de diferentes linguagens, acolhendo experiências e conhecimentos construídos pela criança a partir das interações sociais vivenciadas, compreendendo sua realidade, sua cultura, compreendendo suas necessidades e especificidades, articulando esses elementos no intuito de potencializar competências, aprendizagens e habilidades, atuando de maneira complementar à educação familiar.

As práticas pedagógicas devem ser abalizadas em dois eixos estruturantes fundamentais, as interações e as brincadeiras, a fim de que o desenvolvimento integral da criança aconteça tendo elas um papel ativo em espaços e situações desafiadoras, sendo capaz de pensá-los e buscar alternativas, criar hipóteses, resolvê-los.

A busca do conteúdo programático, na perspectiva de Freire deve fundamentar-se em situações concretas, deve considerar o contexto dos sujeitos, deve ser significativo, deve refletir o conjunto de aspirações dos envolvidos. Freire reafirma a relevância do contexto social e cultural para o processo educativo e apresenta os temas geradores como ferramentas para problematizar. Eles vão contextualizar a realidade e provocar a visão crítica e social do sujeito oprimido.

Estes temas vão surgir da análise das vivências, experiências, dos sujeitos, análise do espaço onde se encontram inseridos, vão surgir da investigação, do diálogo estabelecido com o povo, da escuta dos oprimidos. Sob este ponto de vista, a criança apodera-se do conhecimento, constrói seus saberes e principalmente conhece a sua própria história, buscando alternativas para mudanças e atuando como agente ativo no processo de transformação.

Uma pedagogia do oprimido nos confere o direito de pensar sonhos possíveis, de idealizar um mundo e de lutar por ele. Nesta perspectiva o currículo na Educação Infantil exige como premissa um educador revolucionário que estimule a construção do conhecimento, através do diálogo, da reflexão, da ação, um educador que provoque anseios, inquietações, conduzindo ao pensar certo, ao dizer a palavra verdadeira e conseqüentemente estimule a superação.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Pedagogia do oprimido, proposta por Paulo Freire sugere que as demandas, as necessidades, os interesses e as lutas dos oprimidos sejam consideradas como base fundamental no processo educativo para que haja a construção efetiva do conhecimento. Não um conhecimento fragmentado, mecânico, artificial, mas um conhecimento significativo à vida e ao contexto social em que estes se encontram inseridos.

A análise da referida obra evidenciou que as ideias de Freire podem ser ressignificadas ao contexto da Educação Infantil, posto que, este se constitui como um espaço educativo dinâmico, que compreende diferentes realidades sociais, tendo a criança como autora de suas próprias

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

narrativas, embasadas na autonomia e na esperança.

Educar sob a ótica freireana objetiva a superação, a libertação, a emancipação dos sujeitos. Estas ações culminarão com o processo de humanização quando articuladas através de práticas problematizadoras, dialógicas, conscientizadoras, críticas, éticas e, sobretudo, relações carregadas de sentido e afeto, vinculadas ao respeito e a amorosidade entre educador e aluno. Exige um educador revolucionário, que assume a intencionalidade da luta, se posicionando ao lado dos sujeitos, acreditando neles, não lutando por eles, mas com eles, oferecendo as ferramentas necessárias para que se descubram em condições de vencerem suas próprias dificuldades, buscando dignidade e a recuperação da humanidade roubada diante das vulnerabilidades, das precariedades, do descaso por eles vivenciados.

5- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. (Org.). n/a et al. (2009). Projeto de Cooperação Técnica MEC E UFRGS Para Construção de Orientações Curriculares para a Educação Infantil, Brasília, DF, 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular - BNCC Versão Final. Brasília, DF, 2018.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Presidência da República. 5 de outubro de 1988. Brasília, DF BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente, Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 - ECA. Brasília, DF.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2010.

_____. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente, Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 - ECA. Brasília, DF.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. Paulo. Pedagogia do Oprimido. Editora Paz e Terra, 1987.

SANTOS, S. M.P; CRUZ, D.R.M. Brinquedo e infância: um guia para pais e educadores, 8º ed.- Petrópolis, RJ; Vozes, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

Horizonte: Autêntica, 1999